

Utopia e distopias no século XXI e pós-modernismo

*Utopia and dystopias in the 21st century and
postmodernism*

Vítor Vieira Ferreira*

Resumo: Buscamos aqui promover reflexões sobre os conceitos de utopia e distopia, considerando as suas apropriações filosóficas e literárias ao longo da história. Destaca-se o que se considera como a virada distópica, apontando para a profusão de obras distópicas nas primeira e segunda décadas do século XXI, indicativo da permanência do espírito distópico do século anterior, fruto de uma profunda descrença no progresso social humano que seria promovido pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Fazemos aqui, contrapondo-se em certa medida ao paradigma pós-moderno, uma defesa do pensamento racional enquanto instrumento para a compreensão do homem e sua sociedade em um contexto em que o sujeito se vê alheio a uma perspectiva emancipatória – à utopia.

Palavras-chave: Utopia, Distopia, Marxismo, Pós-Modernismo.

Abstract: *The aim of this paper is to explore the concepts of utopia and dystopia considering its philosophical and literary appropriations throughout the history. We highlight the “dystopian turn”, as well as the profusion of dystopian*

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, vitor_vieira@ufrj.br

works in the first and second decades of the 21st century. This can be understood as the permanence of the dystopian spirit of the latter century, in which the disbelief of the social progress that would be promoted through the scientific and technological development played a special role. We make here, somehow in opposition to the postmodern paradigm, a defense of the rational thought as an instrument for the comprehension of man and society in a context in which an emancipatory perspective – in other words, the utopia – seems to have no place.

Keywords: *Utopia, Dystopia, Marxism, Postmodernism.*

Nosso trabalho objetiva refletir sobre a permanência e a validade do pensamento utópico na contemporaneidade, destacando a profusão da produção e do consumo de obras de ficção distópica nestas primeiras décadas do século XXI. Apresentaremos algumas reflexões e levantamentos históricos que nos ajudem a compreender a transição do pensamento utópico para o pensamento distópico – a virada distópica – no século XX, cujos reflexos são sentidos até hoje. Por fim, estabeleceremos uma relação entre a permanência do conceito da distopia no século XXI e algumas das ideias centrais que se inserem no paradigma pós-moderno, entendido aqui como um movimento de ordem filosófica, cultural e política. Com vistas a uma defesa da utopia na contemporaneidade, apresentaremos uma crítica de base marxista ao pós-modernismo, reafirmando a importância do imaginar utópico e identificando no pensamento racional o instrumento necessário para compreender o homem inserido na sociedade capitalista contemporânea, sem o que nos restaria apenas legitimá-la enquanto momento último de sua história.

Utopia: dos gregos a Marx

Uma tentativa de definição mais imediata do conceito nem de longe poderia dar conta de todas as questões que ele suscita. Deslocado de suas realizações históricas e matizes de interpretação, podemos dizer, de modo bastante raso, que chamamos de utopia a ideia de uma superação positiva de um *status quo* – precisamente aquele à época de quem emprega o conceito. Se considerarmos o surgimento do termo em termos cronológicos, temos em Thomas More o primeiro de seus usos, com o título de sua principal obra *A Utopia*, publicada em 1516. O neologismo, como sabido, tem sua origem como a junção dos termos gregos *ού* (significando *não*, *negação* e que se reduz a “u”) e *τόπος* (*lugar*, *região*) acrescida do sufixo *-ia*, também indicando lugar. Trata-se, etimologicamente, de um duplo movimento, de afirmação e negação, daquilo que a uma só vez é lugar e não-lugar (VIEIRA, 2010, p. 4). Contudo, as reflexões sobre o conceito de “utopia” funcionalizado por More não se coloca historicamente como a origem do pensamento utópico. Será na cultura grega e em suas produções literárias que poderemos localizar aquela que pode ser

considerada a primeira obra com traços utópicos de que se tem registro; trata-se do poema “Trabalhos e dias” de Hesíodo, que teria vivido durante o século VIII a.c. (LAURIOLA, 2009, p.93; JACOBY, 2007, p. 73). Em sua obra, o poeta grego discorre sobre a “Idade do Ouro”, uma época em que não havia entre os homens qualquer tipo de conflito ou preocupações, onde predominavam a paz e a justiça. Não obstante, é com *A República* de Platão que teremos a primeira obra dedicada exclusivamente à reflexão sobre a cidade ideal, e com considerável nível de sistematicidade. A obra pode ser entendida como uma reação do autor grego às transformações causadas pela guerra do Peloponeso e que resultaram na derrota de Atenas, dando início a seu declínio. Platão concebe então sua república a partir da divisão em classes sociais, nas quais os homens seriam distribuídos com base em suas funções. São separados aqui governantes, auxiliares e o resto da população. Mais especificamente, e como pertencente à primeira destas classes, Platão entende a figura do filósofo como aquele que estaria em condições de dirigir seu estado perfeito. Mantendo-nos ainda no contexto da filosofia grega, é possível ainda identificarmos o caráter utópico presente nas obras de Aristóteles, conforme nos aponta Carlos Lima (2008) em seu *Genealogia dialética da utopia*, apoiando-se especificamente nas obras *Ética e Política* do estagirita. Dito de modo bastante resumido, a primeira nos apresentaria uma teoria para a *aristóbios* [vida melhor] e a segunda, uma teoria para a *aristópolis* [cidade melhor]. Estes são dois elementos que se vinculam, na medida em que o bem do indivíduo enquanto aquele responsável por suas condutas não se desvincula do sentido da *pólis*, que podemos tomar como o estado. O homem, enquanto ser social, é aquele que pertence ao estado, é cidadão, tornando-se assim humanizado. Ademais, Aristóteles entende que a felicidade se encontra na prática completa da virtude, sendo esta a sabedoria prática da prudência [*phronésis*] (*ibidem*, Op. Cit., p. 48).

Não cabe aqui nos aprofundarmos em cada obra em particular. Gostaríamos apenas, neste ponto, de ressaltar dois aspectos centrais. Considerando os filósofos gregos, podemos dizer que eles correspondem a um primeiro momento do pensamento utópico diretamente vinculado ao pensamento filosófico; ao passo que é a partir de Thomas Morus que a utopia

se organiza em sua forma literária e passa a servir de matéria para a produção de obras narrativas. Estas duas formas de materialização do conceito da utopia têm em comum o fato de não pressuporem uma realização real e histórica dos ideais sobre os quais elas se apoiam. Isto é, trata-se de um exercício ora de reflexão filosófica, ora de criação artístico-literária sem uma perspectiva de aplicação histórica concreta.

Este quadro começa a ser paulatinamente alterado na medida em que o homem se lança à história enquanto agente de seu destino – noção tão cara ao humanismo renascentista. Mesmo com estreitas vinculações religiosas, é com Thomas Münzer que vemos o projeto utópico se convertendo em ação efetiva. Este teólogo alemão foi uma das figuras mais importantes durante as chamadas Guerras Camponesas, entre 1524 e 1525. Münzer via no campesinato uma força transformadora a partir da qual se formaria uma nova sociedade rebelando-se contra a opressão por parte dos príncipes – ainda que a isso subjacesse uma determinação de caráter religioso.

A materialidade histórica do projeto utópico ganhará posteriormente novos contornos com o pensamento de Rousseau. O filósofo francês estabelecia uma distinção entre o *homme naturel* e o *homme artificiel*, e opunha-se com isso à teoria hobbesiana de que o homem seria naturalmente mau. É a esta artificialidade do homem, entendida aqui como resultante das condições sociais e de sua ação histórica, que o corrompem e o desnaturalizam. Esta desnaturalização diz respeito à violação do princípio da liberdade – todos nascemos livres – e da igualdade de direitos – todos somos iguais. Somente uma forma de estado que respeite estes princípios, em que o homem-egoísta e individual se converta no homem-cidadão, em que as vontades particulares se convertam na vontade geral, poderá fazer com que o homem se remonte à sua pureza original (*ibidem*, p. 104) – eis a face utópica da obra rousseaniana.

O projeto utópico, com seu imperativo de transformação da sociedade, será conduzido então por aqueles que tentaram colocar em prática aquilo que a tradição marxista denominou posteriormente de socialismo utópico. Trata-se, como nos aponta Lima (*ibidem*, p. 111), de três grandes nomes: Saint-Simon,

Robert Owen e Charles Fourier. A despeito das especificidades dos projetos de cada um, os três partilham a crença em uma transformação do capitalismo que pusesse de lado a miséria causada por este. Enquanto Rousseau situa-se em um momento histórico pré-capitalista, à época dos socialistas utópicos (segunda metade do século XVIII e início do século XIX) a Revolução Industrial já se espalhava pela Europa e o modo capitalista de produção já imprimia seus efeitos sociais nas grandes cidades e no proletariado urbano. É esta classe de operários que se constituirá em um novo sujeito histórico, de importância fundamental para a perspectiva revolucionária que terá em Marx e Engels seus principais porta vozes. Os autores alemães se mostravam resistentes ao termo utopia, especialmente em *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft* de Engels, cujo argumento principal é a distinção entre um socialismo de ideais carente de uma estratégia concreta de realização efetiva e o aquele que se implantaria por vias revolucionárias a partir de uma compreensão científica e objetiva da realidade histórica, sem a qual a revolução do proletariado não ocorreria. Entendemos, não obstante, que é em Marx que o paradigma utópico encontra o seu ápice de vinculação com a ação histórica concreta – e revolucionária.

Considerando a trajetória do pensamento utópico até aqui apresentada, percebemos haver o que poderíamos chamar de um movimento de lançamento do homem em direção à história. Se, anteriormente, o pensamento utópico limitava-se ao exercício da reflexão filosófica e literária, no transcurso da história ele assume formas concretas de ação e intervenção humana na realidade social e política, culminando com o projeto emancipatório de Marx. Percebemos que esta transformação do pensamento utópico corresponde à própria história do pensamento desde o século XVI ao século XIX – desde o Renascimento à Revolução Industrial, passando pelos anseios racionais iluministas e a crença no progresso.

É nos especialmente relevante a reflexão desenvolvida por Koselleck (2011), ao considerar que a fundação da modernidade se dá a partir da temporalização da história, superando-se assim a escatologia cristã que situava no futuro a realização profética do final dos tempos. De modo distinto, é com o advento da Modernidade que o ser humano, emancipado da “submissão

absolutista e da tutela da Igreja” (*ibidem*, p. 36), passa a vislumbrar para si a ideia de um futuro em que o desenvolvimento da razão – diga-se, da ciência – e suas aplicações tecnológicas pudessem levá-lo ao progresso. O tempo vindouro passa então a ser considerado não como o espaço do final dos tempos ou possuindo qualquer outra destinação profética, mas sim o da ação humana histórica concreta, e – dito de modo mais específico – norteadas por princípios iluministas. Assim, não nos surpreende ver o pensamento utópico, anteriormente imaginado como negação, transformado em um imperativo de revolução e de transformação radical da sociedade.

Distopia no século XXI e virada distópica

Saltemos no tempo até o início do século XXI. “*What’s behind the boom in dystopian fiction for young readers?*” (MILLER, 2010) pergunta-se aqui. “*Why is Teen Dystopian Literature on the Rise?*” (MEINZER, 2011) pergunta-se acolá. Ou ainda, “*Why do apocalyptic portrayals of existence dominate teen shelves?*” (SARNER, 2013). Tantas outras perguntas similares poderiam ser aqui transcritas. Elas figuram em seções de crítica cultural e literária de diversas revistas norte-americanas contemporâneas. No Brasil, há também quem o diga: “Comum no início do século XX, livros com governos controladores e falta de liberdade voltaram às livrarias e conquistaram o gosto dos jovens que, céticos, não se identificam mais com finais felizes” (CARNEIRO, 2013). Apesar da incerta credibilidade do site, se examinarmos o artigo “*List of dystopian literature*” da Wikipédia em inglês, veremos que, ao menos à época da produção do presente artigo, a seção correspondente à produção literária distópica das primeiras décadas do século XXI conta com quase 90 títulos; já no que diz respeito à produção de todo o século XX, verificamos que o total das obras não chega a 130. Pretendemos aqui, apenas, trazer alguns indícios concernentes ao fenômeno do expressivo

aumento no século XXI da produção e do consumo de obras de literatura¹ que trazem em suas construções narrativas o elemento da distopia².

De início, pode-se supor que o conceito de “distopia” poderia ser simplesmente definido por meio de sua simples contraposição ao conceito de “utopia”, o que não nos parece um procedimento adequado. Um método mais válido para esta definição parece-nos ser o que confronta *eutopia* e *distopia*. Ou seja, trata-se da oposição entre o “bom lugar” e o “lugar ruim”. Pois a distopia apresenta um componente de materialidade – trata-se, em sua maioria, de lugares situados no tempo (geralmente no futuro) e no espaço – que o termo utopia não pressupõe em igual medida; cujo oposto seria tão somente *topia*. Dito de forma resumida, podemos então dizer que a distopia caracteriza-se pela extrapolação negativa do *status quo* à época de sua funcionalização ficcional; já não nos parece ser cabível falar aqui em superação, como no conceito de utopia.

Abordamos anteriormente o desenvolvimento do pensamento utópico desde a Antiguidade Clássica até a proposta revolucionária de Karl Marx, no século XIX. Nos parágrafos acima, destacamos o considerado consumo e produção de obras distópicas no século XXI. Conquanto tenha havido este aumento, a ficção distópica finca suas raízes não no século XXI, mas no século XX. Mais do que isto, a imaginação literária não somente se lança a futuros em que os problemas contemporâneos aos autores são levados às últimas consequências, como também será infligido um duro golpe no próprio espírito utópico, que ultrapassa suas manifestações literárias. Temos aqui dois elementos fundamentais: a virada distópica e o antiutopismo.

Davis (1984, p. 21) aponta para o fato de que a emergência e o desenvolvimento da ciência moderna coincidem com a emergência da utopia moderna. Quanto mais os desenvolvimentos tecnológicos e científicos se fazem visíveis para os homens, tanto maiores tornam-se suas expectativas de que haja, por consequência, um paralelo aprimoramento moral e social. E,

¹ Referimo-nos aqui a obras literárias, mas não devemos deixar de mencionar que estas narrativas ganharam suas versões em outras formas de produção artística como o cinema, histórias em quadrinhos, séries de televisão, e mesmo em jogos eletrônicos.

² Quanto à produção nacional, convém citar, inclusive para fins de divulgação, as obras *Cyberbrasiliãna* (2010) de Richard Diegues, *Admirável Brasil Novo* (2011) de Ruy Tapioca, *A ilha dos dissidentes* (2013) de Bárbara Morais e *A torre acima do véu* (2014) de Roberta Spindler.

inversamente, à medida que a fé na ciência dá espaço a uma postura mais cautelosa e mesmo desconfiada, esmaecem-se também a certeza de que o futuro traga aos homens um mundo necessariamente melhor. Reafirmando o papel da ciência na história do pensamento utópico e de seu sucessor distópico, Booker (1994, p. 5) menciona que, já entre os séculos XVII e XVIII, período de considerável ascensão da ciência moderna, o escritor Jonathan Swift já alertava “quanto aos perigos potenciais (especialmente espirituais) de uma confiança excessiva nos métodos científicos e tecnológicos de pensamento e solução de problemas [tradução própria]” (*ibidem*, p. 6). Acrescentemos que, ainda no século XIX, tanto a obra *Frankenstein* de Mary Shelley, inicialmente publicada em 1818, como o *Erewhon* de Samuel Butler, publicada em 1872, configuravam-se como indícios de que a crença no progresso trazido pelo conhecimento não se punha como absoluta ou livre de suspeitas. Essa tendência atinge seu ápice no século XX, e nele o espírito distópico se impõe como motivo em diversas obras. Se anteriormente a crítica e a descrença quanto ao progresso surgiam como discursos periféricos, neste momento elas passam a ganhar força, e seu *locus* principal será a literatura. Consideramos aqui como os principais romances distópicos do século XX: *Nós*, de Yevgeny Zamyatin (publicado em 1924); *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1932), 1984, de George Orwell (1949); *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953); *Laranja Mecânica*, de Anthony Burgess (1962) e ainda *O caçador de androides*, de Philip K. Dick (1968). E isso se consideramos apenas os romances, que, pela extensão própria do formato, transformaram-se em clássicos que influenciaram e influenciam consideravelmente a produção de obras similares.

Gostaríamos aqui de apresentar, de modo resumido, alguns aspectos que nos parecem estar diretamente vinculados a esta virada distópica.

Em primeiro lugar, há que se considerar o impacto que a desilusão com as promessas do socialismo teve no pensamento utópico. Conforme apontamos anteriormente, o ideal de uma sociedade sem pobreza e exploração atingiu o seu ápice de concretude em Marx e em sua perspectiva revolucionária. Porém, conforme aponta Alexander (1990, p. 23), “a desilusão intelectual com as progressivas promessas do socialismo e do comunismo é

um dos mais distintivos elementos que se desenvolvem ao final do século XX”. Portanto, na mesma medida em que o socialismo foi o componente central da utopia moderna, a sua derrocada implica a derrocada da utopia. Conquanto houvesse uma distinção entre a utopia ficcional e as formas das teorias sociais utópicas, o descrédito quanto às últimas corresponderia também a um descrédito quanto às primeiras (KUMAR, 1993).

Em segundo lugar, e estes são os aspectos mais evidentes, há ao longo da história do século XX uma série de eventos nos quais a humanidade se deparou com o potencial destrutivo da tecnologia, fruto da utilização da ciência para fins militares. Poderíamos aqui listar uma série de conflitos armados de menores proporções, mas basta que nos lembremos dos impactos das duas grandes Guerras Mundiais, dos regimes totalitários nelas envolvidos, e do período da Guerra Fria. Nesta, o temor de uma catástrofe nuclear rememorava sempre o lançamento das bombas em Hiroshima e Nagasaki. Gerações se desenvolveram com o temor diário, e cada vez mais latente, de que um confronto ocorreria a qualquer momento (HOBSBAWN, 2012, p. 224). Segundo Feenberg (1995, p. 41), “desde a segunda guerra [...] profecias do fim do mundo se tornaram clichês na boca de qualquer um [tradução própria]”. Deve ser aqui mencionado ainda o conceito de *Big Science* (REYNOLDS, 2010, p. 378), ideia central para a década de 60 e que denota a combinação de investimentos, equipamentos e capital humano em áreas de atividades científicas, tecnológicas e industriais, que faz surgir o que podemos chamar de um complexo governamental-industrial-acadêmico.

Em terceiro lugar, podemos destacar na história do pensamento intelectual alguns nomes que puseram em xeque a hegemonia do pensamento científico e racional, elementos fundamentais do projeto iluminista. Trata-se, conforme aponta Marcondes (2004), da ruptura com a tradição racionalista que se dá com o pensamento alemão pós-kantiano, com a tradição romântica e especialmente através das figuras de Schopenhauer, Kierkegaard e, com maior destaque, Nietzsche. Ou ainda, segundo Booker (Op. Cit., p. 9), a figura de Freud, que, quando da publicação de seu *A Civilização e seus descontentes*, sugere que a busca pela felicidade, por mais que inerente ao homem, não poderia ser ela integralmente saciada, dado que uma organização social

civilizada pressupõe ela mesma uma contraposição a impulsos humanos básicos. Mais do que isto, é com Freud que se perceberá que o homem não age em todos os momentos de sua vida tão somente por conta de intenções racionais, dispondo ele de um componente de irracionalidade que o constitui e que afeta em grande medida boa parte de sua consciência.

Conforme já dito, não cabe dizer que a distopia é o oposto da utopia. Porém, podemos falar neste momento de uma forma de pensamento antiutópica que se desenvolve a partir da segunda metade do século XX, conforme nos aponta Jacoby (Op. Cit., p. 89) a partir da publicação de algumas obras em meados do século XX que tiveram grande repercussão nos campos intelectuais. São elas *Na senda do milênio* (1957) de Norman Cohn, *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945), de Karl Popper, *The Origins of Totalitarian Democracy* (1951), de J. L. Talmon, *As origens do totalitarismo* (1951), de Hannah Arendt além de alguns ensaios de Isaiah Berlin. Desconsiderando suas especificidades, estas obras se prestam a expor os perigos do pensamento utópico. Em comum, a ideia de que a tentativa de realização de um ideal totalizante a partir de profecias salvacionistas acabaria necessariamente por levar a formas ditatoriais. Com a estreita relação entre o pensamento utópico e a perspectiva revolucionária presente no pensamento de Marx, não demoraria muito para que este antiutopismo ganhasse traços antimarxistas\antissocialistas\anticomunistas na crítica destes autores à experiência socialista em sua época.

A virada distópica e o pensamento antiutópico não se deixam reduzir um ao outro, e mesmo uma relação de complementaridade ou homologia carece de bases mais sólidas. Isto, pois uma representação literária distópica não necessariamente trata o pensamento utópico como algo a ser posto de lado. “Distopias que não deixam espaço para a esperança falham de fato em sua missão [tradução própria]”, afirma Vieira (Op. Cit., p. 17). Fato é que algumas das principais obras distópicas aqui citadas como paradigmáticas para o gênero partiram das experiências reais soviéticas, a mais concreta das realizações de um projeto utópico revolucionário. Porém, estas não se resumem a uma crítica do socialismo. Mesmo o modo de organização política e econômica capitalista se tornou ele próprio matéria para extrapolações

distópicas –como podemos perceber em *O caçador de androides*, de Philip K. Dick; apenas para nos remetermos a uma das obras aqui citadas. Para além do sonho socialista posto em prática e os caminhos tortuosos que este tenha tomado ao longo da história, a antiutopia é uma defesa explícita ou implícita do *status quo* (FITTING, 2010, p. 141). O que podemos dizer, sem qualquer sombra de dúvida, é que tanto o antiutopismo quanto o pensamento distópico dispuseram a um mesmo momento de um conjunto de acontecimentos históricos e de elementos intelectuais que forneceram subsídios suficientes para o surgimento e manutenção de ambas as posturas.

Pós-Modernismo e uma defesa da utopia

Apontamos anteriormente para a profusão de obras de literatura distópica nestas duas primeiras décadas do século XXI. Tentamos, porém, demonstrar que este fenômeno tem suas origens no século XX, dados os eventos históricos que este abarcou, e mesmo certos aspectos do pensamento intelectual que nele se desenvolve. O que se conclui é que a distopia contemporânea pode ser vista como sendo um prolongamento de um pensamento que se origina em um momento histórico anterior. Mas é preciso que nos coloquemos diante de uma outra reflexão. Passados quase 30 anos desde o fim da URSS, por que permaneceria ainda uma perspectiva pessimista com relação ao futuro? O que levaria milhares de leitores dos mais diferentes países a consumirem com algum prazer estético obras de ficção distópica? A que se deve a manutenção do enfraquecimento dos ideais utópicos – ou mesmo ausência – neste início de século?

Para estas perguntas, apresentamos a seguinte tese: a permanência na contemporaneidade do paradigma pós-moderno, que se desenvolve no século XX, contribui, em termos filosóficos e culturais, para uma legitimação implícita, ou mesmo inconsciente, do *status quo* capitalista. O paradigma pós-moderno nos torna alheio e nos retira as ferramentas necessárias para a compreensão deste mesmo *status quo*, e, assim, nos subtrai o impulso utópico da busca da concretização histórica de determinados ideais. As mazelas deste *status quo*

se veem com isso hiperbolizadas e projetam-se como matéria bruta para a extrapolação distópica que vemos se concretizar nas formas literárias.

O pós-modernismo é aqui entendido como um conjunto de pensamentos e posturas intelectuais que perpassam as esferas da cultura, da política, das ciências e da filosofia. O termo não pressupõe uma delimitação precisa de conceitos e características, nem uma unidade sistemática que norteie o pensamento pós-moderno, não obstante ser possível que apontemos para alguns de seus elementos fundadores, reproduzidos com alguma frequência. Seus principais representantes são Jean-François Lyotard, cuja obra *La condition Postmoderne* de 1979 se mantém como uma referência até os dias atuais, além de Foucault, Derrida, Deleuze, Guattari, Jean Baudrillard, dentre outros. Não podemos aqui propor nenhuma análise exaustiva de um autor em específico, ou mesmo proceder à revisão bibliográfica dos autores supracitados e de outros cujas ideias consideramos aqui como pertencentes ao pós-modernismo. Não obstante, é preciso que apontemos pontualmente alguns dos aspectos mais gerais e fundamentais do chamado pós-modernismo para, em seguida, nos posicionarmos diante delas.

Cronologicamente, conforme aponta Ahmad (2011, p. 6), suas origens podem ser identificadas entre alguns sociólogos norte-americanos que, ao início da primeira década da Guerra Fria, nos anos 50, se empenhavam em colocar em xeque os pressupostos filosóficos e políticos do marxismo, e especialmente sua noção de luta de classes. Por outro lado, muitas foram as transformações ocorridas dentro do próprio capitalismo que entra em sua era pós-industrial, marcada a) pela mudança da economia focada na produção que se converte numa economia focada no consumo, b) pelo papel exercido pela tecnologia de informação nas etapas de produção e consumo, c) pelo constante aumento de empregos no setor de serviços, d) pelos processos de computação e robotização que passam a requerer cada vez menos trabalhadores para produzirem um maior número de mercadorias e e) pelo predomínio das corporações multinacionais em função de um grupo específico de capitalistas (*ibidem*, p. 8). Estas mudanças incidentes sobre o sistema de produção e a classe operária pareciam indicar que as análises propostas por Marx não mais condiziam com a realidade econômica, o que enfraqueceu

sobremaneira a adesão intelectual às ideias do filósofo alemão. Isto pode ser observado na maior parte dos principais representantes do pós-modernismo. As experiências socialistas na segunda metade do século XX já não correspondiam ao sonho de outrora, e o capitalismo em si já não se apresentava o cenário chapliniano de uma massa pobre de trabalhadores nos grandes centros urbanos com seus patrões opulentos deglutindo pratos fartos. O movimento operário estava em queda, e a utopia marxista se esmaecia. Com os movimentos sociais da década de 60, novos sujeitos e novas pautas políticas foram postas. As reivindicações se atomizam e os “atores deixam de ser sociais e voltam-se para si mesmos, para a busca narcisista da sua identidade” (TOURAINÉ, p. 198). Ocorre o que Santos aponta como a deserção do político e do ideológico: “(...) a pós modernidade se interessa antes pelo transpolítico: liberação sexual, feminismo, educação permissiva, questões vividas no dia a dia. Normalmente o indivíduo pós-moderno evita a militância foga e disciplinada” (SANTOS, 2008, p. 92). Isto se expressa em Lyotard (1986) como a grande recusa aos metarrelatos, ou às grandes narrativas. Há no pós-modernismo o que Castoriadis (2006, p. 24) aponta como sendo uma rejeição da visão global da história: sem grandes ideais, não há mobilização política, luta revolucionária ou qualquer grande projeto emancipatório a se apresentar ao homem como possibilidade aberta em seu devir histórico.

Além da influência do pós-modernismo na esfera política, há que se destacar aqui o que também nos aponta Castoriadis (*ibidem, ibidem*) como a rejeição da ideia de uma razão uniforme e universal. Isto, conforme aponta Sokol & Bricmont (1998, p. 1) de modo mais preciso, equivale à rejeição da tradição racionalista do iluminismo, à proliferação de discursos teóricos desvinculados de qualquer verificação empírica, e à compreensão de que a ciência, partindo de um relativismo cultural e cognitivo, deve ser vista como nada mais que uma narração, um mito, uma construção social tão válida quanto qualquer outra. Para o indivíduo pós-moderno, todo conhecimento é por si mesmo válido, sem que deva ser feita qualquer distinção valorativa entre eles. Os saberes universais são substituídos aqui pelos singulares, sem que seja possível uma apreensão totalizante da realidade. Enquanto postura

filosófica, este ceticismo ao extremo se aplicaria tanto à interpretação histórica e social – e considerando o que dissemos anteriormente – quanto aos fenômenos naturais.

Dito de forma resumida, o pós-modernismo, com sua descrença em um projeto histórico específico para o homem que o mobilize em termos da ação política, nos leva a desconsiderar quaisquer ideais a serem realizados no futuro, encerrando-nos compulsoriamente no imediatismo do presente, no consumo do efêmero e, quando muito, em lutas políticas atomizadas. Ademais, a razão e o conhecimento científico perdem sua legitimidade em função da não concretização das promessas do projeto iluminista, sendo vistas como um discurso como qualquer outro. Estes dois aspectos, indissociáveis um do outro, se colocam, a nosso ver, como as manifestações mais perniciosas do pós-modernismo.

Há quem diga que aprendemos sobre a história para não cometermos os erros do passado. Erros ou acertos ao longo do tempo, eles estão sempre, antes de suas realizações, situados num futuro mais ou menos distante. Mas se “o centro de gravidade temporal de nossas sociedades se deslocou do futuro para o presente” (LIPOVETSKY, 2004, p. 59), de que nos serve o passado? Passado e futuro perdem sua importância, o presente se cristaliza. O termo utopia atrofia-se, e passa a denotar a impossibilidade de qualquer transformação social mais radical. As experiências do passado parecem apenas reafirmá-lo. Mas não seriam precisamente estas experiências, necessariamente falhas e lacunares, que poderiam nos apontar para uma via de aprimoramento? Sob a égide de um discurso silenciador, o homem é visto como sendo incorrigível, e traz em si uma natureza tal que qualquer organização social livre de exploração e de desigualdades sociais se apresenta como impensável. Decretado o fim da história, o individualismo burguês atinge o seu ápice em uma total ruptura entre as esferas da vida privada e pública. Em consequência, somos sistematicamente levados a fechar os olhos para o mundo. Um mundo em que crises econômicas têm recorrência cíclica, em que os Estados se veem submetidos ao controle da iniciativa privada e das megacorporações, em que a lógica do lucro se sobrepõe às questões ecológicas e sociais, em que a desigualdade social mantém-se em níveis

elevados mesmo em países desenvolvidos. Renunciar ao futuro é uma aceitação tácita – ou cínica – de todas as tendências nocivas que o sistema capitalista apresenta em sua essência. Não se infira aqui que neste breve texto se trate de uma defesa tacanha e ortodoxa deste ou daquele sistema político, mas da defesa e da revalorização da imaginação utópica, do sonho diurno (BLOCH, 2005), aquele que se remete ao ainda-não-ser. É urgente que reconheçamos no presente a necessidade de transformações sociais que nos aproximem de um ideal humanista, com a meta libertária de *sermos*, e não de *termos*, *consumirmos*, ou *parecermos*.

Não é possível, porém, que olhemos para o amanhã sem buscarmos no presente os subsídios suficientes para que desejemos o porvir. Querer o ainda-não-ser é, antes de mais nada, conhecer aquilo que se é. Neste sentido, somente uma forma de pensamento que se debruce sobre a realidade e tente compreendê-la em seus princípios universais, princípios que estejam para além das subjetividades, pode pôr-nos em condições de transformar essa realidade. Para tal, é imprescindível que nos valhamos de métodos rigorosos e de uma observação empírica, a despeito de qualquer inclinação política – seja ela qual for.

É curioso que se inflamem certos discursos contra o conhecimento científico em tantos casos, mas que recorramos imediatamente a ele quando nos vemos assolados por enfermidades – ou ainda quando desejamos fazer valer o nosso ponto de vista. O que propomos aqui é, portanto, uma ética mais responsável na avaliação axiológica do conhecimento científico. Assim, à guisa de conclusão, para uma defesa da utopia como contraposição ética ao pós-modernismo, apresentamos as seguintes teses: a) a negação do futuro utópico é uma legitimação do *status quo* capitalista contemporâneo e de todos os seus malefícios, b) o fracasso das experiências alternativas a este *status quo* não o tornam mais desejável, c) o relativismo pós-moderno nos ausenta de uma reflexão crítica em que se considerem os fenômenos em sua materialidade objetiva, o que abre margens, inclusive, para a apropriação política de “verdades” que não condizem com a realidade empírica e verificável, d) o materialismo, enquanto base epistemológica presente em uma filosofia da práxis não contemplativa, se apresenta como a devida alternativa a este

relativismo, e) há uma confusão entre dois elementos de ordem distintas: o pensamento racional e científico e a apropriação política destes conhecimentos; o primeiro não deve ser recusado em função do segundo, f) questões que nos parecem centrais em nossa contemporaneidade como a exploração, a luta de classes, os fenômenos da alienação e da reificação, dentre outros, são sistematicamente postas de lado, e somente uma aproximação com a filosofia marxista (de Marx a Žižek, com todas as suas contradições e aporias) pode nos fazer refletir sobre elas, sem o que só nos resta fechar os olhos para males que afligem diariamente milhares de indivíduos.

Não nos iludimos com a ideia de que somente uma filosofia da práxis, não contemplativa e materialista, nos ponha em condição de superarmos as mazelas de nossa contemporaneidade. Acreditamos, porém, que sem ela renunciamos a um arsenal crítico valioso para a constituição de nosso espírito utópico vivo e atuante.

Referências Bibliográficas

AHMAD, Aijaz, On Post Modernism. **The Marxist**, vol. XXVII 1, Janeiro-Março, 2011.

ALEXANDER, Jeffrey C. Between progress and apocalypse: social theory and the dream of reason in the twentieth century. *In*: ALEXANDER, Jeffrey C.; SZTOMPKA, Piotr (Orgs.). **Rethinking progress: movements, forces, and ideas at the end of the 20th century**. Boston: Unwin Hyman, 1990.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Vol. 1. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BOOKER, M. Keith. **The dystopian impulse in modern literature: fiction as social criticism**. Westport, Conn: Greenwood Press, 1994.

CARNEIRO, Raquel. O mundo cruel (e rentável) da distopia infanto-juvenil. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/o-mundo-cruel-e-rentavel-da-distopia-infantojuvenil>. Acesso em 21 de setembro de 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**, III: o mundo fragmentado. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

DAVIS, J. C. Science and utopia: the history of a dilemma. *In*: MENDELSON, Everett; NOWOTNY, Helga (Orgs.). **Nineteen eighty-four**: science between utopia and dystopia. Dordrecht: D. Reidel Pub. Co., 1984.

FEENBERG, Andrew. **Alternative modernity**: the technical turn in philosophy and social theory. Berkeley: University of California Press, 1995.

FITTING, Peter. Utopia, dystopia and science fiction. *In*: CLAEYS, Gregory (Org.). **The Cambridge companion to utopian literature**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.

JACOBY, Russel. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Tradução de Carolina de Melo Bonfim Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUMAR, Krishan. The End of Socialism? The End of Utopia? The End of History? *In*: KUMAR, Krishan; BANN, Stephen (Orgs.). **Utopias and the millennium**. London: Reaktion Books, 1993.

LAURIOLA, Rosanna. **Os gregos e a utopia**: uma visão panorâmica através da literatura grega antiga. Tradução de Eva. P. Bueno. Revista Espaço Acadêmico, nº 97, p. 92-108, junho de 2009.

LIMA, Carlos. **Genealogia dialética da utopia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MEINZER, Kristen. Why is Teen Dystopian Literature on the Rise? Disponível em <http://www.thetakeaway.org/story/108890-teen-dystopian-literature-rise-why/>. Acesso em 21 de setembro de 2014.

MILLER, Laura. Fresh Hell – What’s behind the boom in dystopian fiction for young readers? Disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2010/06/14/fresh-hell-2>. Acesso em 21 de setembro de 2014.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo (SP): Brasiliense, 2008.

SARNER, Lauren. Dystopian fiction, and its appeal: Why do apocalyptic portrayals of existence dominate teen shelves? Disponível em <http://www.nydailynews.com/blogs/pageviews/dystopian-fiction-appeal-apocalyptic-portrayals-existence-dominate-teen-shelves-blog-entry-1.1640750>. Acesso em 21 de setembro de 2014.

SOKAL, Alan & BRICMONT, Jean. **Fashionable nonsense**: postmodern intellectuals’ abuse of science. New York: Picador USA, 1998.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petropolis: Vozes, 1994.

VIEIRA, Fátima. The concept of utopia. *In*: CLAEYS, Gregory (Org.). **The Cambridge companion to utopian literature**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.